

**SEMED**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

**PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA**

Objeto: **CONSTRUÇÃO DE UM REFEITÓRIO NA ESCOLA MEIF PROFª ANA DUTRA SOUZA VALE.**

1. De acordo com o artigo 18, Inciso IX e artigo 67, Incisos I e II, § 1º e 2º da lei nº. 14.133/21, ficam definidas as parcelas abaixo, como sendo de maior relevância técnica ou valor significativo (profissional e Operacional), do objeto da futura licitação, que serão exigidas como parte integrante dos atestados técnicos apresentados, devidamente registrados nos sistemas CREA/CAU.

**2.2 e 6.1 – LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS. AF\_01/2024: 3,84 M³ (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo.

**2.3 e 3.2 – FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM: 59,55 M² (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo.

**2.4 a 2.7 e 3.3 a 3.5 – ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO AÇO-50/60: 450,12 KG (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo e também relevância técnica para a obra.

**2.8, 3.6 e 3.7 – CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF\_01/2024: 8,29 M³ (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo e também relevância técnica para a obra.

**4.1 – TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE MAIS QUE 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO: 69,43 M² (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui

valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo e também relevância técnica para a obra.

**4.2 – FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 9 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO: 2,5 UND (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo e também relevância técnica para a obra.

**5.4 – REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM): 48,16 M<sup>2</sup> (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo e também relevância técnica para a obra.

**6.4 – PORCELANATO PARA PISO: 46,54 M<sup>2</sup> (quantitativo equivale a 50% do item) OPERACIONAL E PROFISSIONAL.** O item possui valor superior a 4% do total da obra, sendo então este item de valor significativo e também relevância técnica para a obra.

2. O(s) Atestado(s) deverão possuir 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância acima citadas, em obediência ao § 2º, art. 67 da Lei 14.133/2021 e de decisões do TCU através da **Súmula 263/2011 e Acórdãos 1842/2013 e 534/2016, ambos do Plenário**, que assim disciplinou:

**SÚMULA Nº 263/2011**

*Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*

**Fundamento Legal**

- Constituição Federal, art. 37, inciso XXI;
- Lei nº 14.133/2021, art. 67.

**LEGISLAÇÃO**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL**

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.**

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:  
I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

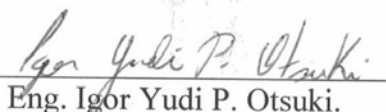
[...]

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

[...]

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regimento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.



Eng. Igor Yudi P. Otsuki.

CREA-PA: 1515086771

Portaria nº 1358/2023 - SEMAT

Secretária Municipal de Educação e Desenvolvimento Social